

STF estende nulidade de provas da Odebrecht a político do Equador

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, estendeu ao ex-vice presidente do Equador Jorge David Glas Espinel os efeitos da decisão que considerou nulas as provas colhidas nos sistemas Drousys e My Web Day B, no âmbito do acordo de leniência da Odebrecht, na ação penal que tramita na 13ª Vara Federal de Curitiba.

Reprodução



Toffoli anula provas de sistemas da Odebrecht contra ex-vice presidente do Equador Jorge Glas
Reprodução

Além disso, o magistrado ordenou que seja encaminhada ao Ministério da Justiça cópia da decisão, para que seja encaminhada ao governo do Equador por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional.

O mesmo entendimento foi aplicado para anular provas contra o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e os ex-governadores do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e Anthony Garotinho.

Ao decidir, Toffoli citou decisão do ministro aposentado do STF Ricardo Lewandowski em pedido formulado pela defesa de Geraldo Alckmin. Na ocasião, Lewandowski lembrou que [nulidades absolutas](#) matam o ato processual, contagiando todos os atos subsequentes.

"Ora, conforme se constatou na decisão reproduzida acima, a imprestabilidade das provas questionadas pelo reclamante foi placitada em decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal – transitada em julgado –, em face da comprovada contaminação do material probatório arrecadado pela 13ª Vara Federal de Curitiba", escreveu Toffoli ao declarar nulas as provas contra Espinel.

O ex-vice-presidente foi defendido por **Leandro Ponzo**. O caso ainda contou com parecer do professor **Lenio Luiz Streck**, colunista da **ConJur**, cujo trabalho analisou as ilegalidades e inconstitucionalidades praticadas na ocasião do compartilhamento de provas ilícitas e à margem da lei, sem a observância do devido processo atinente à cooperação jurídica internacional em matéria penal, entre Brasil e Equador.

Arquivos problemáticos



Segundo o MPF, os sistemas "MyWebDay" e Drousys eram utilizados pelo departamento de operações estruturadas da Odebrecht. Dados desses sistemas foram usados para embasar ações penais contra o ex-presidente Lula. Ocorre que os peritos da PF [admitiram](#) que os documentos copiados do "setor de operações estruturadas" da Odebrecht podem ter sido adulterados.

Foram constatadas inconsistências, como o fato de que documentos que incriminavam Lula tinham [data posterior](#) à sua data de apreensão na Suíça. Também foi revelado em mensagens entre procuradores da "lava jato", obtidas por hackers e apreendidas pela PF, que o material que embasou a acusação contra Lula em 2018 era transportado em [sacolas de supermercado](#).

O acordo de delação da Odebrecht — o maior da história da Justiça brasileira — foi homologado em 2017 e, apesar de fazer muito barulho, resultou em muitas [nulidades e poucas condenações](#).

**Clique [aqui](#) para ler a decisão
Pet 11.431**

Meta Fields